

A CONTRIBUIÇÃO DA NOVA BIBLIOTECONOMIA DE LANKES PARA DECOLONIALIZAR O CONHECIMENTO

THE CONTRIBUTION OF LANKES' NEW LIBRARIANSHIP TO KNOWLEDGE DECOLONIALIZATION

Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira | Carlos Alberto Ávila Araújo

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a1>

Resumo: O presente trabalho apresenta a contribuição da perspectiva concebida por R. David Lankes com a publicação do *Atlas of the New Librarianship*, em 2011 - a Nova Biblioteconomia -, para decolonializar o conhecimento. A construção deste trabalho teve como princípio para análise a missão do bibliotecário, que é a base da perspectiva da Nova Biblioteconomia, a apresentação e conceitualização deste conceito e os conceitos de colonialidade e decolonialidade. A Nova Biblioteconomia de Lankes traz a reflexão acerca da importância de empoderar as comunidades por meio da criação do conhecimento e posiciona o bibliotecário como sujeito ativo na participação desta construção coletiva. Assim, a perspectiva contribui com a decolonialidade do conhecimento ao posicionar a comunidade como o verdadeiro insumo informacional além das fronteiras do livro como registro informacional do conhecimento. O conhecimento se encontra em cada membro da comunidade e é papel do bibliotecário dar voz a esse conhecimento.

Palavras-chave: Construção do conhecimento; David Lankes; Decolonialidade; Nova Biblioteconomia.

Abstract: This work presents the contribution of the perspective conceived by R. David Lankes with the publication of the *Atlas of the New Librarianship*, in 2011 - the New Librarianship -, to decolonialize knowledge. The construction of this work had as a principle for analysis the mission of the librarian, which is the basis of the New Librarianship's perspective, the presentation and conceptualization of this concept and coloniality and decoloniality concepts. Lankes' New Librarianship brings reflection on the importance of empowering communities through the creation of knowledge and positions the librarian as an active subject in the participation of this collective construction. Thus, the perspective contributes to the decoloniality of knowledge by positioning the community as the true informational input beyond the boundaries of the book as an informational record of knowledge. Knowledge is found in every member of the community and it is the librarian's role to give voice to that knowledge.

Keywords: Knowledge construction; David Lankes; Decoloniality; New Librarianship.

1. Introdução

O termo “Nova Biblioteconomia”, do inglês *New Librarianship*, foi cunhado por Richard David Lankes, que após o desenvolvimento de pesquisas na Universidade de Syracuse tornou o termo conhecido por meio da publicação do *Atlas of the New Librarianship*, em 2011. Na publicação desta obra, Lankes chama a atenção do bibliotecário no tocante a sua responsabilidade social e engajamento em prol da comunidade. Assim, estabelece uma missão norteadora para atuação do bibliotecário, onde quer que seja o seu local de trabalho.

Em 2012, Lankes publica a obra *Expect more: demanding better libraries for today's complex world*. Com uma linguagem simples e em tom de conversa, o autor explicita a necessidade de melhores bibliotecas para contribuir com o aprendizado e defesa das comunidades atuais. Em 2016, Lankes publica o livro intitulado *The New Librarianship*:

field guide, onde fornece ferramentas, argumentos, recursos e ideias para cumprir a missão do bibliotecário. Lankes conta com uma página na Internet¹ onde disponibiliza em acesso livre o *Atlas of the New Librarianship* e o *Expect more: demanding better libraries for today's complex world*, compartilha suas publicações, projetos e pesquisa, textos autorais no *blog*, e onde divulga áudios e resumos das palestras que realiza sobre o tema.

No Brasil, o termo 'Nova Biblioteconomia' tornou-se amplamente conhecido a partir de 2015, durante o XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) ocorrido em São Paulo, quando R. David Lankes apresentou em sua videoconferência algumas ideias de sua obra publicada em 2012 *Expect more: demanding better libraries for today's complex world*. A escolha pelo autor refletia o sentimento e a convicção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) de que "a mudança de cenário tão almejada por nós, de valorização das bibliotecas, sempre estará nas nossas mãos" (FERRARI, 2016:11). Na ocasião, Lankes afirmou que a ênfase em torno da Biblioteconomia é sobre o "como". "Como organizamos materiais? Como construímos os prédios das bibliotecas? Como oferecemos certos programas?" Contudo, há demasiados "comos" e se não compreendermos os "porquês", os "comos" podem se tornar obsoletos.

Assim, o ponto principal para o desenvolvimento de uma Nova Biblioteconomia é a relação da biblioteca diretamente com a sua comunidade. Neste sentido, Lankes (2011, 2016) esclarece que devemos encarar a comunidade como membro, e não como usuário, cliente ou outros termos que usamos recorrentemente. Desse modo, os serviços das bibliotecas são para atender as necessidades **da comunidade** e não **para a comunidade**.

Desse modo, o autor estabelece uma missão não para a Biblioteconomia ou para as bibliotecas, mas uma missão para o bibliotecário, assinalando a importância desse profissional para construir uma Biblioteconomia alinhada com as necessidades sociais. "A missão dos bibliotecários é melhorar a sociedade por meio de facilitação da criação de conhecimento em suas comunidades" (LANKES, 2011:13, *tradução nossa*). O autor utiliza a palavra 'comunidade' no sentido mais amplo, não restringindo a determinado grupo ou espaço geográfico. No âmbito da nova Biblioteconomia, a comunidade é entendida como um grupo de pessoas que possui uma variável em comum e tem conhecimento disso.

Assim sendo, a teoria de Lankes nos propõe uma nova perspectiva em torno do entendimento do papel das bibliotecas ao trazer a visão de que bibliotecas deveriam ser como comunidades, pensando nas pessoas e não nos dispositivos que armazenam a informação. O autor fundamenta a perspectiva da Nova Biblioteconomia por meio de exemplos de bibliotecas que trabalham nesta perspectiva. Pensar nestes vários exemplos que Lankes nos apresenta ao longo de suas obras nos faz indagar sobre a Biblioteconomia brasileira e a maneira como enxergamos os nossos usuários, ou melhor, nossos membros da comunidade.

A missão do bibliotecário estabelece que a melhoria da sociedade ocorre por meio da facilitação da criação de conhecimento nas comunidades. Ao pensar nas comunidades, não podemos ignorar que, por muito tempo, determinadas comunidades tiveram seu conhecimento invisibilizado. Ao propor tal missão, Lankes (2011) direciona o olhar do

¹ R. David Lankes. Disponível em: <https://davidlankes.org/>. Consult. 29 jan. 2023.

bibliotecário para o protagonismo das comunidades e para o conhecimento que cada indivíduo possui e pode construir coletivamente. Neste sentido, conforme pontua Silva (2020),

A pessoa bibliotecária que entende esses contextos e dimensões de opressão pode se tornar mediadora da informação para a transformação social de povos marginalizados, assim como agente político fundamental na construção de um projeto de sociedade focado na equidade e nas perspectivas antirracista, decolonial, antissexista e antiLGBTQIAfóbica de mundo (SILVA, 2020: 456).

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo pontuar a contribuição da Nova Biblioteconomia de Lankes para a decolonialização do conhecimento das comunidades. Ressalta-se que o termo ‘decolonialidade’ não é empregado pelo autor ao longo de suas obras, mas há muito deste termo implícito em seu discurso.

2. A Nova Biblioteconomia de Lankes

Da Antiguidade à contemporaneidade, a biblioteca e, por conseguinte, a Biblioteconomia e seu processo de formação de bibliotecários, ao atravessar as grandes evoluções históricas e tecnológicas, assimilou o contexto de diferentes realidades e assumiu perspectivas diferenciadas. De início, a biblioteca, que podemos denominar como tradicional, que privilegiava a perspectiva tecnicista, as grandes coleções e os edifícios; à perspectiva centrada no acesso e disponibilização da informação; a perspectiva que hoje se desenha na contemporaneidade, que privilegia o pertencimento e o empoderamento das comunidades por meio da construção do conhecimento e da utilização do espaço das bibliotecas para além do uso do livro como objeto fundamental para a existência das bibliotecas.

Desse modo, a Biblioteconomia contemporânea se configura hoje com ações voltadas para as comunidades utilizando as diferentes potencialidades das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo, aquelas voltadas para a interação e para o protagonismo social em rede, com interação e construção do conhecimento (FERREIRA, 2016:82). Portanto, a Biblioteconomia contemporânea deve ser entendida como um “conhecimento que contribui para o desenvolvimento da sociedade ao disponibilizar o acesso democrático à informação” (FERREIRA, 2016:169).

Neste sentido, a perspectiva da Nova Biblioteconomia proposta por Lankes, se alinha a concepção de Biblioteconomia contemporânea e ao momento que a sociedade contemporânea vivencia: há a disponibilidade de recursos informacionais infintos, mas há a necessidade de proporcionar um ambiente seguro para que haja a conexão entre as informações disponíveis, as comunidades e o conhecimento. Embora haja mais informações disponíveis, sobretudo, em rede, pensar que todos têm acesso à informação conforme prediz o mundo globalizado é reforçar ainda mais o cenário de desigualdades e desinformação da contemporaneidade.

Em trabalhos anteriores a publicação do *Atlas of New Librarianship*, Lankes trabalhava com a concepção de *Participatory Librarianship* (“Biblioteconomia Participativa”), que podemos apontar como a precursora do que é a Nova Biblioteconomia. Da mesma forma que a Nova Biblioteconomia, a concepção de Biblioteconomia Participativa está fundamentada na teoria de que o conhecimento é criado por meio de conversas e de que, à

medida que um indivíduo ou a comunidade aprende ou procura se envolver em um processo de comunicação, se estabelecem acordos (LANKES, 2008:241).

O *Atlas of the New Librarianship* está organizado em torno de seis grandes conceitos da missão das bibliotecas (Missão, Criação de Conhecimento, Facilitação, Comunidades, Melhorar a Sociedade, e Bibliotecários), visto que o destaque que norteia cada tópico é a missão do bibliotecário: “A **missão dos bibliotecários é melhorar a sociedade** por meio de **facilitação da criação de conhecimento** em suas **comunidades**” (LANKES, 2011:13, *tradução nossa, grifo nosso*).

A mudança fundamental é de coisas para o conhecimento humano. Ele muda o foco do trabalho dos bibliotecários de artefatos e os produtos de aprendizagem (como livros, páginas da web e DVDs) para o processo de aprendizagem. Ao invés de se preocupar com algum conceito exteriorizado como informações (ou, pior, "conhecimento registrado" [sic]), ele (Teoria da Conversação) coloca o foco da Biblioteconomia diretamente sobre o comportamento e os efeitos dos serviços sobre o indivíduo. Em essência, o valor de um livro, ou bibliotecário para essa matéria, é avaliada outra vez a necessidade de a capacidade dos membros da biblioteca para aprender (LANKES, 2011:23, *tradução nossa*).

A perspectiva da Nova Biblioteconomia proposta por R. David Lankes, emerge de uma ruptura com as tradições da Biblioteconomia. Trata-se de uma Biblioteconomia reformulada através do foco nas comunidades e no aprendizado. O trabalho de Lankes foi propor essa reformulação com uma perspectiva global, estimulando bibliotecários a atuar com uma missão norteadora para o desenvolvimento da Biblioteconomia. Lankes (2011) pontua que a missão dos bibliotecários é melhorar a sociedade por meio da facilitação da aprendizagem, contribuir com a construção do conhecimento coletivo nas comunidades. Com a definição da missão para o bibliotecário, ele convida os bibliotecários a ressignificar o impacto de sua atuação nas sociedades, voltando o olhar para o conhecimento humano ao invés de focar somente no que ele nomeia como artefatos, que são os suportes informacionais.

Para Lankes (2011), o conhecimento não é simplesmente um conjunto de fatos acumulados, mas sim uma rede de verdades pessoais e a sua relação com o outro (dentro de um contexto). Conforme pontua Duque Cardona e Restrepo Fernandez (2021:2), o fato de o ser humano se comunicar por natureza é definitivo para entender que “a razão humana não se baseia na experiência ou busca a transcendência como fim último e superior, mas que a razão comunicativa é o cerne do ser humano em sua sociedade”. Sendo a relação com o outro e a comunicação processos indissociáveis para a construção do conhecimento, conforme poderemos ver com a perspectiva de R. David Lankes.

Conhecimento não pode ser registrado, catalogado e arquivado como recipientes estéreis. Conhecimento é paixão e o impulso perpétuo que existe em nós seres humanos para compreender melhor e tentar controlar nosso destino, e, derradeiramente, para acharmos significado (LANKES, 2021:2).

Para o autor da Nova Biblioteconomia, ao fundamentar as bibliotecas no conhecimento, ganhamos uma herança não de quietude, mas um poder explosivo para moldar como as pessoas veem o mundo. No entanto, a fundamentação das bibliotecas, vinculada ao

conhecimento e as conversas, não é nova. Lankes (2011:220-223) ao descrever a teoria da conversa em seu Atlas, utiliza como aporte teórico alguns autores, dentre eles Joan M. Bechtel.

Em 1986, ao vislumbrar uma atuação diferente para as bibliotecas universitárias, Joan Bechtel já apontava como alternativa para a imagem da Biblioteconomia, pensarmos as bibliotecas como centros de conversação e os bibliotecários como mediadores e participantes das conversas do mundo (BECHTEL, 1986:219). Para Bechtel (1986) as bibliotecas seriam fiéis a sua finalidade se buscassem coletar pessoas e ideias, facilitando a conversa entre as pessoas, ao invés de coletar, organizar, armazenar livros e informações.

Em linhas gerais, o que as bibliotecas e os bibliotecários fazem é facilitar a criação do conhecimento, e isso é apenas um aspecto da missão, trabalhando para tornar a comunidade mais inteligente por meio do fornecimento do acesso e da criação do conhecimento; ao fornecer treinamentos, contribuindo com a aprendizagem; proporcionando segurança física e intelectual e motivando a comunidade (LANKES, 2011).

3. A Decolonialidade do conhecimento

Para compreender a decolonialidade do conhecimento, faz-se necessário inicialmente apresentar um conceito que podemos considerar como anterior nesta perspectiva: a colonialidade, termo criado por Aníbal Quijano, no final dos anos 1980. Quijano (2014), afirma que a colonialidade trata sobre a constituição de um padrão de poder que não se restringe às questões formais de exploração ou dominação colonial, envolve também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. Assim sendo, a colonialidade pode ser compreendida como uma prática que através da ciência moderna/colonial produziu um modelo único, universal e objetivo tendo o pensamento eurocêntrico como referência.

No discurso colonial, o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, subjetividade, pronto para servir e destituído de voz (Hooks, 1995). Corpos destituídos de alma, em que o homem colonizado foi reduzido a mão de obra, enquanto a mulher colonizada tornou-se objeto de uma economia de prazer e do desejo. [...] as feministas negras argumentaram que a epistemologia dominante, embora travestida de neutra e universal, é masculina e branca. Diante disso, a trajetória individual e coletiva dos sujeitos subalternos (especialmente das mulheres negras) é vista como um privilégio epistemológico de onde se elabora também um pensamento de fronteira a partir de uma perspectiva subalterna (BERNARDINO-COSTA e GROSGUÉL, 2016).

Suess e Silva (2019) pontuam que desde a colonização, o direito e o poder foram pautados por uma legalidade racista e discriminatória que culminou na composição da história da formação social e política que ignora ou desvaloriza o conhecimento e os valores da população africana, afro-brasileira e indígena. Contudo, os autores mencionam que além da população africana, afro-brasileira e indígena, outros grupos sociais historicamente renegados como: as mulheres; *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, etc.; trabalhadores rurais sem terra; quilombolas; ciganos e comunidades tradicionais compõem a parcela da população excluída do processo de construção do país.

Há uma longa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou a relação entre as culturas dominantes e as dominadas. Esses conhecimentos são reproduzidos pelos sistemas educativos, que, para isso, utilizam o mecanismo da imposição de uma política educacional oficial, desde a época da dominação colonial e pós-colonial. A escola oficial encarregou-se de transmitir a visão de mundo, a língua e a cultura dominante, sendo uma instituição eficaz no seu objetivo de reduzir, denegrir e marginalizar as línguas, as visões de mundo e os conhecimentos ou saberes locais (MARÍN, 2009:129).

Conforme aponta Marín (2009:137), no contexto europeu, o racismo é uma ideologia política de massa. "A dominação cultural e linguística é coadjuvante da perda de patrimônio cultural de toda a humanidade" (MARÍN, 2009:137). As populações colonizadas tiveram suas formas de produção de conhecimentos, língua, sentidos, simbologias, subjetividade, religiosidade, cultura e manifestações dos colonizados marcando a América Latina como um local onde há uma subcultura camponesa iletrada e sem herança cultural.

Neste sentido, "a perspectiva decolonial se constitui em um importante movimento de renovação epistemológica para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI" (SUESS e SILVA, 2019:4). Conforme pontuam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) a perspectiva decolonial se iniciou com a reação do sujeito colonizado aos desígnios imperiais, iniciada em 1492, ao sistema do mundo moderno e colonial, consistindo em ação de oposição e intervenção a realidade vivenciada.

Apesar da longa história colonial na América Latina e da constituição da perspectiva decolonial do conhecimento, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) assinalam que os intelectuais da referida região não estão incluídos no campo de estudos pós-coloniais e não há menção à América Latina nos estudos de autores de tal área de estudos, como Homi Bhabha, Edward Said e Gayatri Spivak. É importante frisar que a decolonialidade não se constitui como um projeto acadêmico em que há determinação da adoção de autores e conceitos de autores como uma nova versão de colonialidade entre pares.

A produção e o controle de informação e construção do conhecimento são instrumentos fortalecedores de uma sociedade baseada na colonialidade. Conforme pontua Quijano (2014, *tradução nossa*) "a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser", que se orientam nas concepções de controle econômico e político; centralização do conhecimento eurocêntrico; colonialidade de gênero, de sexualidade, da natureza e dos recursos naturais.

Saber é poder. Essa afirmação resume nossa premissa. O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os territórios das atividades humanas. E, no processo atual da globalização, o domínio do saber tecnológico é simbolicamente determinante das relações de poder (MARÍN, 2009:129).

No Brasil, os projetos de ações afirmativas possibilitam a incorporação do conhecimento e soluções para problemas do cotidiano por povos colonizados, como a população afro-brasileira e indígena. Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, alterando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passando a determinar a obrigatoriedade do ensino da "História e

da Cultura Afro-brasileira e Africana” nos currículos escolares, nos níveis fundamental e médio em todas as instituições de ensino do país (BRASIL, 2003). Em 2008, a referida lei foi alterada pela Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. De acordo com a lei, o conteúdo programático das disciplinas deve contemplar

[...] o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

As leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 foram um passo importante de avanço para dar visibilidade a contribuição da população africana, afro-brasileira e indígena na constituição da formação da população brasileira, da cultura, da religião, da economia e do conhecimento. No entanto, faz-se necessário ressaltar que houve a inclusão obrigatoriedade do estudo da história e da cultura indígena, africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém a lei não previu a obrigatoriedade nos cursos de licenciatura dos estabelecimentos de ensino superior que formam os professores que ministram tais conteúdos. A ausência destes conteúdos na formação dos professores da educação básica, oriundos dos cursos de licenciatura, contribui para a perpetuação de uma visão de mundo colonialista e eurocêntrica, reforçando preconceitos e estereótipos raciais.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

O artigo 7º do texto da referida lei, conhecida popularmente como ‘Lei de Cotas’, menciona que após dez anos da sua publicação, a legislação deveria passar por uma revisão, por se tratar de uma política afirmativa temporária. No entanto, essa revisão não aconteceu em 2022. Há poucos dias de completar onze anos da ‘Lei de Cotas’, no dia 9 de agosto de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou em votação simbólica o projeto de lei que revisa o sistema de cotas nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico. Dentre as alterações, a revisão da lei estabelece cotas para os cursos de pós-graduação e para a população quilombola. Assim, após 300 anos de escravidão, a lei possibilita uma reparação histórica viabilizando a construção do pensamento decolonial no Brasil e o diálogo intercultural.

4. A Teoria de Lankes e a decolonialidade do conhecimento

O papel das bibliotecas contemporâneas abarca a emancipação e o empoderamento das comunidades, para uma atuação em função de uma sociedade mais justa, igualitária, decolonial e atuante nas esferas sociais, políticas e econômicas, garantindo um amplo acesso à informação e a aprendizagem para diferentes grupos sociais, observando as singularidades e a identidade das comunidades.

Neste sentido, ao abordar a palavra “comunidade” na missão do bibliotecário, Lankes (2011, 2016) trabalha com um sentido amplo, sem restringir a palavra a um determinado

público ou espaço geográfico, como já apontado anteriormente. Essa ideia de inclusão da comunidade diretamente nos processos da biblioteca também incluiu ideias de oferecer às organizações comunitárias espaço para que elas alojem (e mantenham) seus próprios documentos.

Paulo Freire (2017), ao explicar sobre as bibliotecas populares, afirma que a constituição do acervo, as atividades desenvolvidas, a escolha dos métodos, técnicas, processos, a previsão orçamentária e a equipe de trabalho, se refere a decisões definidas por uma “certa política cultural”, ou seja, não há espaço para neutralidade.

Para oferecer serviços a grupos minoritários e socialmente vulneráveis, é necessário eliminar todas as formas de discriminação nos sistemas de informação, documentos e bibliotecas: por sexo, raça, etnia, ideologia, condição econômica, classe social, deficiência, migração, orientação sexual, religião e idioma (DECLARATION..., 2004:52, tradução nossa).

Baptista (2023) ao mencionar o contexto das bibliotecas universitárias – e podemos estender a outras tipologias de bibliotecas de forma genérica –, pontua que durante anos, as coleções bibliográficas das bibliotecas foram constituídas e utilizadas por pessoas de determinadas camadas sociais, que tinham o privilégio de frequentar determinados espaços como uma universidade ou as bibliotecas. Desse modo, podemos ver, inclusive nas áreas de literatura e história, a figura do homem branco de origem eurocêntrica, abordada como o protagonista. Contudo, há uma diversidade de discursos que foram silenciados ao longo da história da humanidade e é necessário que as bibliotecas se atentem quanto à necessidade da representatividade dos distintos grupos sociais que foram colonizados e marginalizados.

Dar o protagonismo à comunidade, aos saberes das comunidades e possibilitar que em conjunto construam novos conhecimentos é uma nova maneira de enxergar e exercer a Biblioteconomia. Além de ampliar o discurso de autores renomados por muito tempo, as bibliotecas sempre associaram o conhecimento como um produto registrado nos livros do acervo ou numa figura de renome ou com titulação acadêmica. O conhecimento precisa ser decolonializado nas bibliotecas. A partir disso, Freire (2017) pontua que

Um excelente trabalho, numa área popular, sobretudo camponesa, que poderia ser desenvolvido por bibliotecárias, documentalistas, educadoras, historiadoras seria, por exemplo, o do levantamento da história da área através de entrevistas gravadas, em que as mais velhas e os mais velhos habitantes da área, como testemunhos presentes, fossem fixando os momentos fundamentais da sua história comum. Dentro de algum tempo se teria um acervo de histórias que, no fundo, fariam parte vida da História da área (FREIRE, 2017).

Nesse sentido, Freire (2017) nos lembra que “o Brasil [e sua construção histórica e informacional] foi “inventado” de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos”. De acordo com Amaral (2021:473), “a decolonialidade se articula na intenção de oferecer outra ordem política acerca da construção do conhecimento para além das propostas reconhecidas no meio acadêmico-científico e das formas de representação”. “Bibliotecários devem ajudar a comunidade a acessar o trabalho e as ideias de outros, e promover uma plataforma para usuários mostrarem seu trabalho”

(LANKES, 2021:4). Cada membro da comunidade tem conhecimento e pode compartilhar com os seus.

Por séculos, bibliotecas amplificam as histórias de autores renomados. É hora da biblioteca virar uma **plataforma para as histórias e experiências da comunidade**, do aluno com dificuldade ao advogado mais culto. **Nosso papel não é mais reunir as histórias de elite de vozes fora da comunidade**. Esse papel é importante, mas atualmente **devemos amplificar as vozes da comunidade**. Devemos amplificar através de aprendizado, de criar ligações, e também, de ativismo (LANKES, 2021:3, *grifo nosso*).

Lankes (2016) afirma que um edifício, ou uma construção esteticamente bela, ou um espaço com muitos livros e mesas, não torna a biblioteca um espaço para criação do conhecimento. O que proporciona que as bibliotecas se tornem esse ambiente seguro e propício para a construção do conhecimento é o compromisso da comunidade e um “grupo de facilitadores dedicados a construir a transformação, tijolo por tijolo. Felizmente estes facilitadores existem e os chamamos de bibliotecários”. Neste sentido, Duarte (2018:72-73) pontua que o bibliotecário precisa ter sua potencialidade como agente de mudança social explorada, por meio de ações que sejam significativas consoante com a diversidade informacionais dos indivíduos.

Corroborando a isto, Lankes (2016) afirma que a nova visão da biblioteca não se configura como um local ou uma coleção de livros, mas uma plataforma para que a comunidade crie e compartilhe conhecimento.

Mas por que falamos somente de objetos? Por que não tornar a biblioteca como um local para compartilhar a própria comunidade? Bibliotecas ao redor do mundo estão começando a emprestar pessoas. [...]. Quem é especialista em algum assunto e que queira compartilhar o seu conhecimento, pode procurar a biblioteca para divulgar esta vontade. Na Europa existem agora as bibliotecas anti-preconceito. Nunca conversei com um muçulmano? Com um gay ou uma lésbica? Um latino? Um republicano? Agora você pode por meio da biblioteca que oferece um local cívico e seguro para estas conversas (LANKES, 2016:127).

Neste sentido, Duarte (2018) menciona que é papel das bibliotecas a emancipação dos indivíduos por meio da atuação com diferentes grupos. Para tanto, faz-se necessário que bibliotecários e bibliotecas assumam o compromisso com a comunidade de atuar em pautas importantes coletivamente, o que envolve a tomada de decisões e o compromisso ativo com as comunidades em prol de uma postura antirracista e que não privilegie o apagamento do conhecimento de grupos sociais excluídos socialmente.

Assim sendo, de acordo com Lankes (2016) a comunidade deve ser um lugar melhor por ter uma biblioteca. A biblioteca e os bibliotecários devem adicionar novos valores à comunidade e a perspectiva decolonial assume, neste sentido, um papel primordial, ao possibilitar que a comunidade se enxergue como potente diante de seus pares por meio de seus conhecimentos, valores e cultura. O bibliotecário deve adotar, conforme destaca Lankes (2016) menos o termo “mediador” e mais o termo “participante”, trabalhando junto

à comunidade, de modo a facilitar a construção do conhecimento e promover o empoderamento, sendo um sujeito ativo no desenvolvimento da comunidade.

Duarte (2018:79) retoma as leis da Biblioteconomia de Ranganathan e menciona que a quinta lei prediz que a biblioteca é um organismo em crescimento. No entanto, a autora assinala que é necessário ampliar as fronteiras de espaço-tempo e extrapolar a visão da biblioteca como apenas um ambiente, devendo ser concebida como uma estrutura social de informação que possibilita mudanças. Assim sendo, tendo uma missão norteadora para o trabalho do bibliotecário pautada no melhoramento das comunidades por meio do conhecimento, deve-se voltar o olhar para ocupar esses espaços vulneráveis e tão esquecidos, sobretudo no contexto brasileiro que é amplo e diverso, lembrando nem sempre será possível montar um ambiente com a infraestrutura ideal, mas se faz necessária a iniciativa, bem como é preciso engajar a participação e atuação da comunidade na construção do conhecimento.

Considerações finais

As bibliotecas estão intrinsecamente vinculadas a aprendizagem, a educação e ao desenvolvimento humano, ao possibilitar o acesso a distintos recursos informacionais que vão desde o seu acervo físico e virtual, a programas de formação e capacitação, acesso à Internet, conexão entre pessoas e construção do conhecimento pela comunidade. Em linhas gerais, as bibliotecas são espaços promotores da melhoria social, que por meio do engajamento bibliotecário com as comunidades impulsionam o desenvolvimento social e cultural e conferem o protagonismo social de distintos grupos sociais. Neste sentido, a decolonialidade encontra no ambiente de aprendizagem e conhecimento que as bibliotecas proporcionam, o empoderamento epistemológico para dar voz as populações silenciadas pelo colonialismo.

A partir da constituição de uma missão norteadora para a atuação do bibliotecário, Lankes confere ao bibliotecário a necessidade de um posicionamento proativo acerca da importância de sua atuação ativa como facilitador da criação do conhecimento pelas comunidades e a responsabilidade social que lhe cabe. Assim sendo, a missão situa o bibliotecário da importância de trabalhar sob a perspectiva contemporânea da construção do conhecimento, de dar voz a comunidade, não somente de prover o acesso.

Quando o autor afirma que o conhecimento está na comunidade, para além da concepção de que o conhecimento se encontra nos livros sob a guarda dos bibliotecários, a decolonialidade – mesmo que o termo não seja utilizado propriamente na perspectiva da Nova Biblioteconomia de Lankes – toma o seu espaço fundamental no ambiente das bibliotecas. Com a reflexão em torno de uma Nova Biblioteconomia para a sociedade contemporânea associada a perspectiva da decolonialidade, há o entendimento da necessidade de romper com a perspectiva de que o conhecimento se encontra materializado nas obras, sejam elas físicas ou virtuais. Ao contrário, o conhecimento está em cada pessoa e em sua subjetividade, identidade e no seu pertencimento ao coletivo, as comunidades. A comunidade é o próprio acervo e o papel do bibliotecário é atuar juntamente com a comunidade para engajar, empoderar e decolonializar o conhecimento.

Referências bibliográficas

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do

2021 Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. *Extraprensa: cultura e comunicação na América-Latina*. 14:2 (jan./jun. 2021) 471-487.

BAPTISTA, Michele Marques

2023 A Decolonialidade no campo da Biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 19 (2023) 78-89. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13142/12144>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón

2016 Decolonialidade e perspectiva negra. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. *Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/#>.

BECHTEL, Joan M.

1986 Conversation, a new paradigm for Librarianship? *College & Research Libraries*. [Em linha]. 47:3 (maio 1986) 219-224. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/14208/15654>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2012 Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (29 ago. 2012). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2008 Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". [Em linha]. Brasília, DF: Presidência da República, 10 mar. 2008. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2003 Lei nº. 10.639, de 10 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (9 jan. 2003). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

DECLARATION FROM BUENOS AIRES...

2004 *Declaration from Buenos Aires on information, documentation and libraries*. [Em linha]. 2004. [Consult. 23 jun. 2021]. Disponível em: <http://www.progressivelibrariansguild.org/PL/PL24/050.pdf>.

DUARTE, Yacira Mendes

2018 A Sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. In *Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade*. Org. Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro, Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira. Brasília, DF: Ipea, 2018, p. 67-82.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila

2021 Bibliotecología para América Latina y el Caribe: propuesta teórica y filosófica para la discusión. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 17:2 (2021). [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5727/5409>.

FERRARI, Adriana Cybele

2016 Prefácio à edição brasileira. In LANKES, R. D. - *Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo: FEBAB, 2016.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral

2016 *Biblioteconomia contemporânea: desafios e realidades*. Belo Horizonte, 2016. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.

LANKES, R. David

2021 Bibliotecários construindo o novo normal. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 17 (2021) 1-19.

LANKES, R. David

2016 *Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo*. São Paulo: FEBAB, 2016.

LANKES, R. David

2011 *The Atlas of New Librarianship*. Cambridge: The MIT Press, 2011.

LANKES, R. David

2008 The Ethics of participatory Librarianship. *Journal of Library Administration*. 47:3 (jul. 2008) 233-241.

MARÍN, José

2009 Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal no contexto da globalização. *Visão Global*. [Em linha]. 12:2 (jul./dez. 2009) 127-154. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/617/278>.

QUIJANO, Anibal

2014 La Tensión del pensamiento latino americano. In *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. [Em linha]. Buenos Aires: Clacso, 2014 [1986], 697-704. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507093456/eje3-3.pdf>.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da

2020 Bibliotecária de editoração de livros científicos com enfoque social. In *O Perfil das novas competências na atuação bibliotecária*. Org. Fabiano Couto Corrêa da Silva. [Em linha]. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020, p. 455-463. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <http://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2021010003.pdf>.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza

2019 A Perspectiva descolonial e a(re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. *Geografia Ensino e Pesquisa*. [Em linha]. 23:7 (2019) 1-36. [Consult. 10 ago. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469/pdf>.

Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira | emanuelle.gaf@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Carlos Alberto Ávila Araújo | carlosaraujoufmg@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil